

ATA NÚMERO 84/XII (2.ª)

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de 2012, pelas 17 horas e 52 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;

2 — Apreciação e votação do parecer sobre o projeto de lei n.º 312/XII (2.ª) (PS) - «Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social»:

Deputada Relatora: Francisca Almeida (PSD)

3 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda para a audição urgente do Diretor de informação da RTP demissionário, Nuno Santos, do Conselho de Redação da RTP, da Comissão de Trabalhadores da RTP, do Presidente do Conselho de Administração da RTP, do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e do Sindicato dos Jornalistas;

4 — Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 119/XII (1.ª), apresentada por José Filipe Malheiro Pinheiro Ferreira, solicitando que a Assembleia da República adote legislação adequada que obrigue os operadores de televisão por cabo a prestarem o serviço de TDT, a todos os portugueses e utilizadores dos canais de televisão de sinal aberto:

Deputado Relator: João Portugal (PS)

4 — Apreciação e votação de Atas (n.ºs 52 e 66);

5 — Outros assuntos.

Não havendo matéria a tratar no primeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou ao segundo ponto da Ordem do Dia, tendo a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD)

apresentado o parecer relativo ao projeto de lei n.º 312/XII (2.ª) que pode ser consultado em <http://arnet/sites/XIILeg/COM/12CPECC/DocumentosIniciativaComissao/1274f147-ac31-4213-a761-f3789dc4654c.PDF>, o qual, sujeito a votação, foi aprovado por unanimidade.

Passando ao terceiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente informou a Comissão que tinham dado entrada nos serviços da Comissão dois requerimentos apresentados, respetivamente, pelo grupos parlamentares do PSD e CDS-PP, e pelo PS, sobre a eventual autorização de visionamento e cedência de imagens em «bruto» dos incidentes do dia 14 de Novembro de 2012, junto à Assembleia da República, por parte da direção de informação da RTP, a pessoas estranhas à empresa, tendo ambos o mesmo assunto do requerimento apresentado pelo BE, e que constava já da Ordem do Dia. Foi deliberado pela Comissão agendar também estes dois últimos requerimentos e fazer a discussão conjunta dos mesmos.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) interveio para apresentar o requerimento do seu grupo parlamentar que solicitava a audição do Diretor de informação da RTP demissionário, Nuno Santos, do Conselho de Redação da RTP, da Comissão de Trabalhadores da RTP, do Presidente do Conselho de Administração da RTP, do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e do Sindicato dos Jornalistas.

Salientou que o diretor de informação da RTP tinha-se demitido na sequência da suspeita de atropelos ao Estatuto dos Jornalistas, estando em causa a eventual cedência ao Governo ou a forças policiais, ou a visualização por pessoas estranhas à RTP, de imagens captadas pelas diversas câmaras envolvidas na cobertura das atividades relativas à manifestação e à greve geral de 14 de novembro, sem que tenha existido qualquer mandato judicial para o efeito.

Referiu, também, que no dia 15 de novembro, depois da greve geral, uma produtora da direção de informação da RTP enviou um *e-mail* aos serviços técnicos da empresa a solicitar que fossem registadas em DVD, com o logótipo da RTP, as imagens captadas durante a manifestação, e no qual se dava a indicação de que já tinha havido antes o visionamento das mesmas.

Disse também que, ao abrigo do Estatuto dos Jornalistas, nomeadamente do seu artigo 11.º, as imagens e sons não editados nem transmitidos têm a mesma proteção legal das notas dos jornalistas, não sendo possível ter acesso a este material sem autorização de um magistrado. Sublinhou, por fim, que o grupo parlamentar do BE tem alguma dificuldade em perceber o «inquérito» aberto pelo Conselho de Administração da empresa, já que o ex-Diretor de

Informação da empresa, jornalista Nuno Santos, nem sequer foi chamado a depor. Como a Comissão para a Ética, Cidadania e a Comunicação tem especiais responsabilidades na defesa da independência da RTP e da autonomia dos jornalistas, terminou, solicitando a audição urgente de todas essas entidades, inclusivamente do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, que tutela a área da comunicação social.

De seguida usaram da palavra, respetivamente, os Senhores Deputados Carla Rodrigues (PSD) e Raúl de Almeida (CDS-PP) para fazer a apresentação do seu requerimento, tendo sublinhado que, embora não se oponham a que depois se possam ouvir outras entidades se a matéria não ficar suficientemente esclarecida, e sem fazer juízos de valor prévios, o importante era saber e apurar o que se passou internamente no seio dos órgãos na RTP, os contornos de toda esta situação, e apurar se houve ou não violação da lei, da Constituição da República Portuguesa e do Estatuto dos Jornalistas. Daí, requererem a audição, com a maior brevidade possível, do Presidente do Conselho de Administração da RTP e do ex-Diretor de Informação Nuno Santos.

Para fazer a apresentação do requerimento do grupo parlamentar do PS usou da palavra a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), tendo dito que, na medida em que, tal como foi sublinhado pelos Deputados do PSD e CDS-PP, se considera que o importante é apurar o que se passou a nível interno entre os diferentes órgãos da empresa, seria muito importante ouvir o Diretor-Geral de Conteúdos da RTP, Luís Marinho, braço direito operacional da administração na coordenação de programas e informação na RTP, sobretudo, porque os depoimentos do Presidente do Conselho de Administração da RTP e do ex-Diretor de Informação irão ser contraditórios, pelo que em nada poderão contribuir para o cabal esclarecimento desta questão. Sublinhou, também, que seria muito importante ouvir o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre esta matéria, que há tempos afirmou que «gostaria que a RTP fizesse notícias e não fosse notícias», embora ultimamente a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação esteja a ser bombardeada com notícias sobre a empresa.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu que iria votar favoravelmente o requerimento do BE, na medida em que a situação só poderá ser suficientemente esclarecida com a audição de todas as entidades aí propostas, e manifestou a sua dificuldade em perceber o «inquérito» aberto pelo Conselho de Administração da empresa, já que o ex-Diretor de Informação da empresa, jornalista Nuno Santos, nem sequer foi chamado a depor. Terminou sublinhando que

o Sindicato dos Jornalistas tinha de ser notificado para acompanhar essas diligências e, como isso não aconteceu, importa que também seja chamado a depor na Comissão.

Seguiu-se um breve período de debate sobre esta matéria, em que intervieram os Senhores Deputados Raúl de Almeida (CDS-PP), Catarina Martins (BE), Carla Rodrigues (PSD), Inês de Medeiros (PS) e Bruno Dias (PCP), após o que se passou à votação dos três requerimentos apresentados.

Submetido à votação o requerimento do grupo parlamentar do BE, e apenas na parte respeitante à audição do Presidente do Conselho de Administração da RTP e do ex-Diretor de Informação da RTP, foi essa parte aprovada por unanimidade.

Com esta aprovação, o requerimento apresentado pelo grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP ficou prejudicado.

Submetido à votação o requerimento do grupo parlamentar do BE, já só na parte respeitante à audição do Conselho de Redação da RTP, da Comissão de Trabalhadores da RTP, do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e do Sindicato dos Jornalistas, registou-se uma rejeição, com votos contra do PSD e CDS-PP e votos a favor do PS, PCP e BE.

Submetido à votação, o requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do PS foi rejeitado, com os votos contra dos grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP e votos a favor dos grupos parlamentares do PS, PCP e BE.

Entrando no ponto quatro da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) solicitou o adiamento do relatório final da petição n.º 119/XII (1.ª), na medida em que o Senhor Deputado João Portugal (PS) não se encontrava presente na reunião.

As atas n.ºs 52 e 66 foram aprovadas por unanimidade, tendo-se registado a ausência do BE.

No âmbito do último ponto da Ordem do Dia («Outros assuntos»), o Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) transmitiu à Comissão que o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) solicitou aos Senhores Deputados membros do Grupo de Trabalho do Código da Publicidade que se pronunciassem sobre a proposta que lhes enviou na semana passada de calendarização das entidades.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 19 horas e 05 minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 28 de novembro de 2012

O PRESIDENTE,

(José Mendes Bota)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Ana Sofia Bettencourt
Bruno Dias
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Francisca Almeida
Glória Araújo
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
Lídia Bulcão
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Sérgio Azevedo
João Lobo
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
João Portugal
Rosa Arezes

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 26/02/2013.